



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGEO



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO: ESTADO, TERRITÓRIO E A POLÍTICA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL's)

Carlos Marcelo Maciel Gomes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe

Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial

E-mail: emarloaju@hotmail.com

Prof^a. Dr^a Alexandrina Luz Conceição

Orientadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial

E-mail: aluz@oi.com.br

A Política de Desenvolvimento no Brasil vem sendo pensada a partir da mudança do enfoque setorial para o territorial, destacando-se o apoio crescente aos chamados “Arranjos Produtivos Locais” (APL's), vistos como catalizadores do desenvolvimento. Em geral, o conceito se caracteriza pela aglomeração de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que incluem formas de cooperação e governança, em uma determinada dimensão territorial, de modo a articular tal dinâmica ao mercado. Nesta direção, nossa pesquisa tem como objetivo analisar as alterações estruturais no campo nos municípios de Gararu e Porto da Folha, no Território do Alto Sertão Sergipano, com a inserção da Política dos APL's. De acordo com o Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, os dois municípios possuem a maior quantidade de APL's em Sergipe, a saber: de “Pecuária do Leite e Derivados”, de “Ovinocaprinocultura”, de “Apicultura”, de “Confecções e Artesanato de Bordado” e de “Piscicultura”. Portanto, faz-se necessário entendermos os rebatimentos desta política na unidade de produção familiar e na dinâmica agrária no sertão a luz das teorias sobre o campesinato e nas relações contraditórias do sistema do capital.

As reflexões incidem sobre a política de desenvolvimento territorial nas diferentes escalas, investigando os mecanismos estruturais mediados pelo Estado. A análise das contradições fundamentou-se nos princípios do materialismo histórico, na leitura da lógica

dialética, como condição de desvendar a realidade pesquisada (concreto) enquanto produto de múltiplas determinações, unidade do diverso, (MARX, 2008; MARX & ENGELS, 2007; CARVALHO, 2008; PAULO NETTO, 2011; LEFEBVRE, 1988) no processo de produção e reprodução do espaço. Logo, a pesquisa de campo é imprescindível para a leitura e análise da realidade, afastando-se da adequação do empírico à teoria e da ideia monocausalista determinista. Deste modo, a categoria de análise Espaço permitiu a leitura dos fenômenos em diferentes escalas, com a abrangência geográfica adequada para o entendimento das determinações objetivas. Por outro lado, a categoria Território permitiu a análise dos conflitos entre os sujeitos envolvidos, considerando a sociedade de classes em que vivemos.

O planejamento das atividades econômicas propõe combater os rebatimentos socioeconômicos da crise, em nome do desenvolvimento econômico e social, porém, sem qualquer rompimento com o capitalismo. Para Furtado toda teoria econômica clássica, e neoclássica, considera o capitalismo como última etapa da humanidade (FURTADO, 1983), eternizando-o e naturalizando-o. Após a chamada “crise de 1929”, Paulani (2005, p. 121) mostra que grande parte dos economistas entraram em “uma espécie de consenso a respeito da necessidade de uma certa regulação externa ao próprio sistema”. Deste modo, conforme a autora, o mercado passou a ter um papel de inegavelmente importante, junto ao Estado, destacando o planejamento e as políticas públicas.

A busca pela regulação da economia vem encontrando entraves na própria capacidade de controlar a reprodução sóciometabólica do capital, como expressada na endêmica tendência à “equalização por baixo da taxa diferencial de exploração” (MÉSZÁROS, 2007). Nesta perspectiva, Neil Smith (1984) afirma que o desenvolvimento desigual se expressa geograficamente como processo da geografia do capitalismo. O vaivém do capital em diferentes escalas criam tendências de igualização e de diferenciação, conforme o autor, por meio da produção do espaço geográfico.

Em tempos de propagandeadas “crises localizadas”, aponta-se como “sucesso” de um determinado território a sua capacidade endógena de se desenvolver e de se autogerir. As alterações no campo brasileiro a partir do processo de industrialização desencadearam diferentes formas de entendimento sobre a expansão do capitalismo no espaço agrário, apresentando um “novo” paradigma em detrimento de um “velho”. Assim, a tripartite: Estado-capital-mercado encontra um referencial para a chamada “modernização da agricultura” como um “novo mundo rural” (Müller *apud* Silva 1997).

Nesse contexto, a Política dos Arranjos Produtivos Locais incorpora a produção do território na lógica fetichista de mercado agindo como instrumento econômico funcional para

a execução do projeto de desenvolvimento. Harvey (2005, p. 180) afirma que devido à competitividade entre os locais, estes procuram criar ambientes favoráveis aos negócios através da atração de “fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para seu espaço”.

Antunes (2009) compreende que a divisão social do trabalho representa uma subordinação estrutural do trabalho ao capital, “estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar” (p. 23), levados pela necessidade da produção de mercadorias e valorização do capital prioritariamente, em detrimento da superexploração da natureza e da força de trabalho (p. 34). Com isso, “a configuração local, regional e nacional se amplia em laços e conexões na cadeia produtiva, que é cada vez mais internalizada” (2009, p. 115) com o propósito de contribuir com a acumulação de capital, além de evidenciar o processo de transnacionalização do capital. Neste sentido, o autor afirma que o processo de trabalho se converte em “meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias, objetivando a valorização do capital” (ANTUNES, 2005, p. 69), acarretando na desrealização do ser social através do próprio trabalho, na geração de uma subjetividade inautêntica no próprio ato de trabalho (pág. 92).

Essa dinâmica necessita da subsunção do trabalho como atividade geradora de valor, produtiva ou que o auxilie. Com efeito, a reprodução ampliada do capital pressupõe a criação capitalista de relações não capitalistas, uma vez que se permite criar condições para a reprodução da produção familiar camponesa no capitalismo. Neste contexto, a terra e o trabalho aparecem como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento econômico, estimulando a precarização, proletarianização e a mobilidade espacial do trabalho (MARQUES, 2008). A expansão da lógica do capital carrega consigo a intensificação da exploração do trabalho, deslocando o sentido de realização social do trabalho para o *devoir* incontrolável da acumulação que foge de qualquer esforço individual. Sem autonomia, o ser fenece ao controle sociometabólico da produção, do trabalho e da terra.

A propriedade do trabalho familiar camponês só é possível a partir da terra, na indissociabilidade entre terra e trabalho em sua condição social. O abarcamento da dinâmica camponesa em uma lógica que escapa de seu controle pode desencadear em processos que tendem a serem estruturais, conduzindo mudanças em diferentes escalas, da separação entre terra e trabalho na apropriação do camponês pelo capital (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 69 e 70). Os avanços do capital através da territorialização e da monopolização revelam formas de controle da terra e do trabalho camponês, e, portanto, podem revelar relações

conflituosas, de interesses antagônicos. Neste contexto, encontramos indícios de um território em disputa, ao passo que o mesmo se apresenta enquanto alvo das Políticas de Arranjos Produtivos Locais no seio do desenvolvimento territorial em curso.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2º ed. São Paulo, Boitempo, 2009.

CARVALHO, Edmilson. **A Produção Dialética do Conhecimento**. São Paulo, Xamã, 2008.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; LIMA, Lucas Gama. **O Estado e o Desenvolvimento Territorial como Suportes para a Dominação do Capital** - SCIENTIA PLENA, vol. 5, n. 12, 2009.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Abril Cultural, São Paulo, 1983.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2º edição. Annablume, São Paulo, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e Camponato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In FABRINI et al (Orgs.). **Camponato e Território em Disputa**. São Paulo, Expressão Popular, UNESP – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2º edição. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo, Boitempo, 2007.

PAULANI, Leda. **Modernidade e Discurso Econômico**. Boitempo, São Paulo, 2005.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao Estudo do Método em Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

SILVA, José Graziano da. **Novo Rural Brasileiro**. José Graziano da Silva. Publicado na Revista Nova Economia, Belo Horizonte. 7(1), p. 43-81, 1997.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1984.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **O Camponês e o Trabalho: analisando a importância do excedente social**. Revista Pegada Eletrônica. Presidente Prudente, vol. 11, n. 1, 30 de junho de 2010.

Eixo de Inscrição: Espaço Agrário.